

REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL - RPPS
MUNICÍPIO DE PALMEIRA - PARANÁ
AUTARQUIA PREVIDENCIÁRIA MUNICIPAL
Criada pela Lei n.º 2.404 de 30/09/2005



Comitê de Investimentos

PARECER TÉCNICO

Referência: Julho de 2026

Fundamentação: Resolução CMN nº 5.272/2025 e Portaria MTP nº 1.467/2022

Fontes: Atas das reuniões do Comitê de Investimentos realizadas em 10/07/2026 e 20/07/2026; Panorama Econômico – julho/2026; Relatório de Análise, Enquadramentos, Rentabilidade e Risco – Crédito & Mercado, data-base 31/07/2026; Relatório de Retornos dos Investimentos – julho/2026.

1. CONTEXTO ECONÔMICO E FINANCEIRO – JULHO DE 2026

O cenário econômico de julho de 2026 foi marcado pelo aumento das incertezas geopolíticas e comerciais. A trégua entre Estados Unidos e Irã foi rompida, com novos ataques na região do Estreito de Ormuz, provocando forte elevação do preço do petróleo Brent, que chegou a registrar alta superior a 24% durante o mês. No ambiente comercial, também houve intensificação das tensões entre Brasil e Estados Unidos, com a entrada em vigor, em 22 de julho, de tarifa adicional de 25% sobre produtos brasileiros.

Apesar do ambiente externo adverso, o mercado financeiro brasileiro apresentou desempenho positivo. O Ibovespa encerrou julho com alta de 3,57%, renovando máximas históricas durante o mês, enquanto o dólar encerrou o período em R\$ 5,0686, com queda de 1,82%.

Nos Estados Unidos, os indicadores de emprego apresentaram sinais de desaceleração, enquanto o Federal Reserve manteve a taxa de juros entre 3,50% e 3,75% na reunião realizada em 29 e 30 de julho. Na Zona do Euro, o BCE também manteve as taxas de juros, enquanto a inflação voltou a acelerar, pressionada pelos preços de energia.

No Brasil, não houve reunião do Copom durante julho, permanecendo a Selic em 14,25% ao ano ao longo do mês. O último dado de PIB disponível correspondia ao primeiro trimestre, que apresentou crescimento de 1,1% em relação ao trimestre anterior.

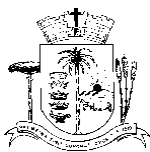
No mercado de renda fixa, os ativos de prazo mais curto permaneceram favorecidos pelo ambiente de juros elevados, enquanto os títulos de maior prazo continuaram sujeitos à volatilidade das taxas futuras.

Diante desse cenário, o Comitê considera necessária a manutenção de estratégia pautada pela preservação do patrimônio, liquidez, diversificação e gestão ativa dos recursos, com atenção especial aos riscos decorrentes do ambiente geopolítico, comercial e das oscilações das taxas de juros.

2. ORIENTAÇÃO DE INVESTIMENTOS PARA O PERÍODO

Conforme as recomendações apresentadas no Panorama Econômico de julho, a orientação permanece pela





REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL - RPPS
MUNICÍPIO DE PALMEIRA - PARANÁ
AUTARQUIA PREVIDENCIÁRIA MUNICIPAL
Criada pela Lei n.º 2.404 de 30/09/2005



manutenção de uma estratégia equilibrada, com exposição relevante em renda fixa de curto prazo, especialmente em estratégias vinculadas ao IMA-S e IRF-M 1, aproveitando o nível ainda elevado das taxas de juros.

Também se recomenda a manutenção de posições em IPCA+, especialmente IMA-B 5 e vencimentos mais curtos, considerando a volatilidade das taxas de juros de maior prazo.

Para a renda variável, a orientação é de cautela, mesmo diante da valorização de 3,57% do Ibovespa em julho, priorizando setores menos expostos às tensões comerciais e aguardando maior visibilidade quanto ao cenário econômico e político.

A consultoria também recomenda reforçar a análise de investimentos em crédito privado, priorizando emissores de qualidade e com rating consistente, bem como avaliar, quando aplicável, a exposição internacional como instrumento de diversificação.

A estratégia indicada permanece baseada em gestão ativa, preservação do capital e aproveitamento gradual de oportunidades, sempre em conformidade com a Política de Investimentos e com o perfil previdenciário do RPPS.

3. ANÁLISE DA RENTABILIDADE E DESEMPENHO DA CARTEIRA

Conforme o Relatório de Análise, Enquadramentos, Rentabilidade e Risco, com data-base de 31/07/2026, a carteira apresentou os seguintes resultados:

- Saldo anterior: R\$ 55.458.468,24;
- Aplicações: R\$ 4.396.328,42;
- Resgates: R\$ 5.158.918,35;
- Saldo ao final do mês: R\$ 55.359.010,54;
- Retorno financeiro no mês: R\$ 663.132,23;
- Rentabilidade mensal: 1,20%;
- Rentabilidade acumulada no exercício: 6,46%;
- Meta atuarial acumulada: 6,66%;
- Gap acumulado: 96,90%;
- VaR mensal: 1,46%.

O resultado demonstra que a carteira apresentou rentabilidade positiva de 1,20% em julho, superando a meta mensal de 0,56%.

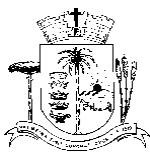
No acumulado do exercício, a rentabilidade alcançou 6,46%, permanecendo 0,20 ponto percentual abaixo da meta atuarial acumulada de 6,66%.

A renda fixa apresentou desempenho positivo de 1,26%, gerando retorno financeiro de R\$ 593.532,88 no mês.

Entre os investimentos de renda fixa, destacaram-se os resultados do CAIXA BRASIL IRF-M 1, com retorno de 1,29%; BRADESCO PREMIUM, com 1,26%; ITAÚ INSTITUCIONAL REFERENCIADO DI, com 1,24%; e SICREDI LIQUIDEZ EMPRESARIAL DI, com 1,21%.

A carteira também apresentou resultados positivos em parcela dos investimentos de renda variável e estruturados,





REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL - RPPS
MUNICÍPIO DE PALMEIRA - PARANÁ
AUTARQUIA PREVIDENCIÁRIA MUNICIPAL
Criada pela Lei n.º 2.404 de 30/09/2005



acompanhando o desempenho favorável do mercado acionário brasileiro no mês.

O Comitê considera que o resultado de julho representa evolução positiva da carteira, embora permaneça necessária a continuidade do acompanhamento da diferença acumulada em relação à meta atuarial.

4. ANÁLISE DA COMPOSIÇÃO E DO ENQUADRAMENTO DA CARTEIRA

Na posição de 31 de julho de 2026, o patrimônio líquido total da carteira alcançou R\$ 58.785.788,86, sendo R\$ 57.416.667,36 considerados para cálculo dos limites da Resolução e R\$ 1.369.121,50 correspondentes às disponibilidades financeiras.

A carteira permaneceu diversificada entre renda fixa, renda variável, investimentos estruturados e fundos imobiliários.

Na renda fixa, os recursos estavam distribuídos principalmente entre fundos vinculados ao CDI, IRF-M 1, títulos públicos e estratégias de gestão livre. O segmento de renda fixa representava 81,68% da carteira considerada para os investimentos, enquanto renda variável, estruturados e fundos imobiliários representavam conjuntamente 18,13%.

Entre as principais posições destacaram-se:

- CAIXA BRASIL IRF-M 1: R\$ 9.225.557,77 – 16,07%;
- SICREDI LIQUIDEZ EMPRESARIAL DI: R\$ 6.526.622,79 – 11,37%;
- BRADESCO PREMIUM: R\$ 5.605.371,58 – 9,76%;
- Títulos Públicos – Oferta Balcão: R\$ 5.473.197,58 – 9,53%;
- BB PERFIL: R\$ 3.320.451,15 – 5,78%;
- DAYCOVAL FIF MULTIESTRATÉGIA: R\$ 3.017.531,19 – 5,26%.

O relatório também identificou desenquadramento no investimento MONTE CARLO INSTITUCIONAL IMA-B 5, com saldo de R\$ 473.145,65, correspondente a 0,82% da carteira, enquanto o limite indicado para a respectiva classificação era de 0%.

O Comitê considera que essa situação deve permanecer sob acompanhamento e ser tratada em conjunto com as providências necessárias à regularização da carteira.

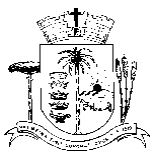
Também permanecia, na posição de 31/07/2026, saldo de R\$ 38.000,00 no SPTW11, investimento cujo desinvestimento integral havia sido deliberado pelo Comitê em atendimento à determinação do Tribunal de Contas do Estado do Paraná.

5. MOVIMENTAÇÕES, DELIBERAÇÕES E GOVERNANÇA

Durante o mês de julho, o Comitê de Investimentos adotou diversas medidas relacionadas à adequação regulatória, gestão de riscos, governança e acompanhamento da carteira.

Na reunião realizada em 10 de julho de 2026, foi analisada a notificação do CADPREV referente ao nível de certificação institucional exigido para determinado investimento. O Comitê deliberou pela solicitação de parecer técnico da CM Consultoria e Governança Corporativa Ltda, condicionando manifestação conclusiva ao





REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL - RPPS
MUNICÍPIO DE PALMEIRA - PARANÁ
AUTARQUIA PREVIDENCIÁRIA MUNICIPAL
Criada pela Lei n.º 2.404 de 30/09/2005



recebimento da análise especializada.

Na mesma reunião, diante das informações relativas ao elevado risco do LSH Multiestratégia, decorrente da falência da empresa investida, o Comitê determinou o acompanhamento permanente do ativo, a solicitação de parecer técnico complementar e o monitoramento dos processos judiciais e administrativos relacionados ao investimento. Também recomendou que ativos classificados como estressados passassem a integrar pauta permanente das reuniões.

Ainda em 10 de julho, foram tratados os contratos de consultoria de investimentos, ficando o Assessor Financeiro responsável pelos levantamentos necessários à fiscalização da execução contratual. Também foi apresentado estudo preliminar de eventual aplicação junto ao Banco Bradesco, tendo o Comitê decidido solicitar parecer técnico da CM Consultoria antes de eventual decisão de investimento.

Na reunião de 20 de julho de 2026, o Comitê analisou a determinação do Tribunal de Contas do Estado do Paraná para desinvestimento das cotas do SP Downtown Fundo de Investimento Imobiliário – SPTW11, deliberando, por unanimidade, pela venda da totalidade das cotas, de forma gradual e observadas as condições de mercado.

Na mesma reunião, o Comitê analisou a situação dos recursos mantidos junto ao Banco Daycoval S.A., considerando o não enquadramento da instituição nos segmentos S1 ou S2, conforme registrado na ata. Foi deliberado, por unanimidade, pelo desinvestimento dos recursos e posterior realocação para instituições enquadradas nos segmentos exigidos pela Resolução CMN nº 5.272/2025.

Também foi analisado o parecer da Crédito & Mercado referente à Assembleia Geral Extraordinária de Cotistas do CARE11, tendo o Comitê aprovado a orientação de voto da consultoria, com manifestação contrária às matérias I e II e favorável às matérias III a XI.

Por fim, foi discutida a necessidade de regularização da composição do Comitê de Investimentos em razão da ausência da certificação exigida para um de seus membros, sendo deliberado o encaminhamento da matéria ao setor competente e ao Conselho de Administração para escolha de novo membro.

As deliberações realizadas durante julho demonstram atuação preventiva do Comitê, com atenção à conformidade regulatória, ao gerenciamento de riscos, à fiscalização dos investimentos e ao fortalecimento dos mecanismos de governança.

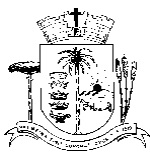
6. ANÁLISE DE RISCO E GOVERNANÇA

O Comitê acompanhou os indicadores de risco apresentados pela Crédito & Mercado, especialmente o Value at Risk – VaR de 1,46% registrado em julho.

Considerando o ambiente de maior volatilidade decorrente das tensões geopolíticas, comerciais e das oscilações das taxas de juros, o Comitê entende ser necessário manter acompanhamento permanente dos riscos de mercado, liquidez, crédito e concentração.

A composição da carteira demonstra predominância de renda fixa, especialmente em estratégias vinculadas ao CDI e IRF-M 1. O segmento CDI representava 37,95% da carteira, seguido pelo IRF-M 1, com 15,69%, e pelos





REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL - RPPS
MUNICÍPIO DE PALMEIRA - PARANÁ
AUTARQUIA PREVIDENCIÁRIA MUNICIPAL
Criada pela Lei n.º 2.404 de 30/09/2005



títulos públicos, com 9,31%.

O Comitê também considera relevante o acompanhamento dos investimentos classificados como desenquadrados e daqueles submetidos a processos de desinvestimento, especialmente o Monte Carlo IMA-B 5, o SPTW11 e os recursos mantidos junto ao Banco Daycoval.

As decisões devem permanecer vinculadas à Política de Investimentos, à Resolução CMN nº 5.272/2025, à Portaria MTP nº 1.467/2022, aos pareceres técnicos disponíveis e às deliberações colegiadas do Comitê de Investimentos.

7. CONCLUSÃO E MANIFESTAÇÃO DO COMITÊ

Diante da análise do cenário econômico, do desempenho da carteira, dos indicadores de risco, do enquadramento dos investimentos e das deliberações realizadas durante o mês de julho de 2026, o Comitê de Investimentos conclui que a gestão dos recursos do RPPS permaneceu orientada pelos princípios de segurança, prudência, diligência, liquidez, diversificação e preservação do patrimônio previdenciário.

A carteira apresentou rentabilidade positiva de 1,20% no mês, com retorno financeiro de R\$ 663.132,23. No acumulado do exercício, a rentabilidade alcançou 6,46%, permanecendo 0,20 ponto percentual abaixo da meta atuarial acumulada de 6,66%.

O resultado de julho foi positivo, com destaque para o desempenho da renda fixa, que apresentou retorno de 1,26%, contribuindo de forma relevante para a rentabilidade da carteira.

No âmbito da governança, o Comitê adotou medidas importantes durante o mês, especialmente o cumprimento das providências determinadas pelo Tribunal de Contas em relação ao SPTW11, o desinvestimento dos recursos junto ao Banco Daycoval, a análise e orientação de voto referente ao CARE11, o acompanhamento do investimento LSH Multiestratégia e as providências relacionadas à regularização da composição do próprio Comitê.

O Comitê entende que a diferença ainda existente entre a rentabilidade acumulada e a meta atuarial requer acompanhamento contínuo, especialmente diante das incertezas econômicas e da volatilidade dos mercados.

Também deverá permanecer sob acompanhamento a situação dos investimentos que demandam regularização ou desinvestimento, bem como o enquadramento global da carteira, de forma a assegurar a conformidade com a legislação vigente e com a Política de Investimentos.

Assim, este Comitê opina favoravelmente pela ratificação da gestão dos investimentos no mês de julho de 2026, recomendando a continuidade do monitoramento sistemático da rentabilidade, dos riscos, da liquidez, do enquadramento e da meta atuarial, bem como a adoção das providências necessárias à regularização dos investimentos que apresentem pendências ou desenquadramentos.

Recomenda-se, ainda, que eventuais ajustes de alocação sejam realizados de forma técnica, gradual e compatível com as condições de mercado, com a Política de Investimentos e com a Resolução CMN nº 5.272/2025.

Encaminhe-se a presente manifestação ao Conselho Deliberativo e Fiscal para conhecimento, acompanhamento e

Rua Juvenal Marcondes Zanardini, n. 2, Centro, Fone/Fax: 42-3252-6798, CEP 84.130-000, Palmeira, Paraná.
E-mail: investimentos@rppspalmeira.com.br





registros de praxe.

REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL - RPPS
MUNICÍPIO DE PALMEIRA - PARANÁ
AUTARQUIA PREVIDENCIÁRIA MUNICIPAL
Criada pela Lei n.º 2.404 de 30/09/2005



José Marcos Dziadzio
Membro do Comitê de Investimentos

Documento assinado digitalmente
gov.br JOSE MARCOS DZIADZIO
Data: 30/08/2026 23:05:29-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Francine Albuquerque Cruz
Presidente do Comitê de Investimentos

Assinado por:
Francine Albuquerque Cruz
28/08/2026 - 08:17
YXLMGKDRS86LF0YGR8E6BW

João Jeives Pinheiro
Assessor Financeiro – RPPS de Palmeira

Assinado por:
João Jeives Pinheiro
27/08/2026 - 15:12
ATJTEU9XQ1S0NOV3SSMN2Q

